

Ulysses pede salário justo

O deputado Ulysses Guimarães abriu ontem a primeira sessão de trabalho da Assembleia Nacional Constituinte com um discurso de entonação nitidamente presidencial. Como um programa de intenções, com forte conotação social, abordou a questão salarial afirmando: "A justiça para os que trabalham deve começar pelo salário. Não existe, no mundo de hoje, salvo em alguns países emergentes da África, sociedade mais cruel com os trabalhadores".

Ao abordar a questão fundiária, Ulysses disse que "o privilégio começa na posse da terra, no início repartida, pelos favores reais, entre as oligarquias imigradas. Essas mesmas oligarquias acostumaram-se ao trabalho escravo e dele não querem abrir mão".

A terra, segundo Ulysses Guimarães, não pode ser apenas distribuída. "É nossa obrigação fazê-la produtiva. Sempre que o direito de propriedade se opuser ao interesse nacional, que prevaleça o interesse da Nação", afirmou. Quando ele criticou os baixos salários, disse que "salários justos exigem uma política que combine o desenvolvimento econômico com a estabilidade monetária". "A inflação, sendo fonte de injustiça, é também dela consequência", acrescentou.

Nas galerias havia um número reduzido de pessoas que aplaudiam entusiasmadas quando Ulysses dizia, por exemplo, que "em nossa sociedade injusta só pode ter liberdade aquele que dispõe de dinheiro para comprá-la. A liberdade, segundo ele, é também uma questão de justiça. A livre iniciativa, necessária ao desenvolvimento do País, deverá exercer-se sem o sacrifício dos trabalhadores; e a riqueza não poderá acumular-se, ao mesmo tempo em que aumentam a miséria e a fome, em benefício dos privilegiados", afirmou.

Também, segundo o presidente da Constituinte, não é só a injustiça interna que dá origem aos nossos dramáticos desafios: "É também a espoliação externa, com a insânia dos centros financeiros internacionais e os impostos que devemos recolher ao império, mediante a unilateral elevação das taxas de juros e remessa ininterrupta de rendimentos".

Quanto à questão da economia interna, o deputado Ulysses Guimarães condenou o liberalismo clássico, que deixa às livres forças do mercado o papel regulador de preços e salários em uma época de economia internacionalizada e de cartéis poderosos". Se o Governo deve intervir no processo econômico, que a sua ação busque a paz social.

Uma das tarefas dos constituintes, segundo Ulysses, será a de modernizar a legislação econômica, de maneira a impedir a danosa especulação financeira pelos agentes privados, incentivar a iniciativa econômica individual e promover a modernização dos processos de produção, com o desenvolvimento de novas técnicas. "Não podemos submeter o nosso destino aos que buscam contê-lo, impedindo-nos de fabricar instrumentos modernos e de promover, com a nossa própria inteligência, o seu desenvolvimento".

"Temos, em nossas mãos, a soberania do povo. Ele nos confiou a tarefa de construir, com a lei, o Estado democrático, moderno, justo para todos os seus filhos. Um Estado que sirva ao homem e não um Estado que o submeta, em nome de projetos totalitários de grandeza".